



Processo n.º10/17_UVP-FPC

ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC

A. Identificação e Instrução

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 24.07.2017, contra o ciclista seu filiado xxxxxxxxxxxxx, portador da licença n.º xxxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática da infração prevista na al. a) do n.º2 do art.º 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto (Lei Antidopagem no Desporto) consubstanciada na toma da substância proibida não específica «Bis-(4-Cyanophenyl)Methanol», um metabolito do «Letrozol».

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes o Presidente do Conselho de Disciplina e um vogal – estando ausente o outro vogal, o Dr. André G. Martins – pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.

B. Parecer Prévio do CNAD

No termo da instrução foi elaborado relatório final pelo Instrutor, que em 13.11.2017 foi analisado pelo Conselho e subscrito na totalidade – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando a fazer parte desta decisão. Decidiu-se, então, aplicar ao arquido a pena de suspensão pelo período de 4 (quatro) anos.

Porém, de acordo com o art.º 27.º n.º1 alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto, cabe ao Conselho Nacional Antidopagem (CNAD) "[E]mitir parecer prévio, vinculativo, quanto à aplicação por parte das federações desportivas de



sanções, decorrentes da utilização, por parte dos praticantes desportivos, de substâncias específicas, como tal definidas na lista de substâncias e métodos proibidos."

Nestes termos, no mesmo dia 13.11.2017 o Conselho de Disciplina da UVP-FPC pediu o referido parecer prévio ao Conselho Nacional Antidopagem, tendo agora chegado a resposta, através do ofício Ref. 43/GJ/2018/MB, recebido pela UVP-FPC em 23.02.2018 e remetido no mesmo dia, internamente, a este órgão disciplinar.

Com especial relevância para o caso, após considerar que a conduta do arguido é-lhe imputável a título de mera negligência e sem intenção de obter ganhos desportivos, conclui o sobredito parecer CNAD n.º 50/2017 – que passa a fazer parte integrante desta decisão – que "[t]udo visto e ponderado, e devidamente analisada a prova carreada para os autos, entendemos que o presente caso se subsume ao disposto nos Art.º 61º n.º1 al. b) da Lei 38/2012 de 28 de Agosto, na sua versão actualizada, anuímos à proposta de sanção da UVP/FPC de aplicar ao praticante desportivo _____, em função do ilícito disciplinar controverso, uma pena de suspensão pelo período de 2 anos, por justa e adequada."

C. Decisão

Estando assim verificados todos os pressupostos legais e regulamentares de que depende a aplicação da pena, o Conselho de Disciplina da UVP-FPC decide, por unanimidade, condenar o arguido nas seguintes sanções (cumulativas):

- i. **Pena de suspensão da atividade desportiva pelo período de 2 (dois) anos** – aplicada ao abrigo do disposto na al. b) do n.º2 do art.º 61.º, por infração ao disposto na al. a) do n.º2 do art.º 3.º, todos da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação atual;
- ii. **Invalidação do resultado desportivo obtido no 'Campeonato Nacional de Ciclocrosse' 2017** – aplicada ao abrigo do disposto no art.º 74.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação atual; e,
- iii. **Invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado a partir do dia 08.01.2017** –



aplicada ao abrigo do disposto no art.º 76.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação atual.

Acresce notar que o arguido confessou e, bem assim, o atraso significativo ocorrido no procedimento de controlo – a amostra foi recolhida ao atleta em 08/01/2017 e o resultado da análise à amostra A só foi comunicado à FPC em 14/07/2017 – o que, no entender deste Conselho não pode deixar de ser relevado, ao abrigo do preceituado no art.º 69.º n.º 4 e 3 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, respetivamente. Como tal, a contagem do período de suspensão iniciar-se-á em 08/01/2017, data da recolha da amostra, o que significa que o arguido não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 08/01/2019 (data em que termina a suspensão ora aplicada).

Por último, conforme proposta do CNAD no sobredito parecer, dada a existência de indícios da prática do crime previsto no artigo 44.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação atual, solicita-se aos serviços que extraíam e remetam certidão do presente processo disciplinar para o Ministério Público, ao abrigo do art.º 57.º do mesmo diploma.

Notifique-se ao arguido, juntando-se em anexo cópia do Parecer Prévio do CNAD e do Relatório Final de Instrução. E notifique-se igualmente à ADoP.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2018

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

Recurso desta Decisão

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º 2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto).